CONCLUSÃO

Nessa dissertação, procurou-se estudar a reforma política enquanto seu processo no tempo. Mais especificamente, foram analisados três fenômenos percebidos nos termos do debate da reforma: mudanças, permanências e um deslocamento de sentido.

Esta dissertação não pretendeu teorizar sobre a constituição do sistema político brasileiro, nem discorrer sobre uma teoria do direito, muito menos fazer uma teoria da corrupção. Ela pretendeu contribuir para os tipos de diagnósticos atribuídos ao sistema político e como a reforma política passa por um processo de ressignificação de seus termos, como qualquer artefato humano.

Portanto, no capítulo 2 foram analisados os diferentes diagnósticos feitos do sistema político brasileiro. Duas correntes de pensamento foram contrapostas. Uma, que considerava as características apresentadas pelo sistema político, tais como multipartidarismo, presidencialismo de coalizão e sistema de votação proporcional de lista aberta, nocivas para um suposto bom funcionamento das instituições políticas. E outro pensamento, que valorava essas mesmas características e que as considerava adequadas ao bom funcionamento institucional.

Dentro dessa análise foram identificados dois eixos de análise, o presidencialismo e o sistema partidário. Eles são elementos que permanecem no tempo, porém, com diferentes significações. Nesse sentido, a reforma política, de um tom depreciativo do sistema político, passou a ser estudada positivamente pelos analistas políticos. A reforma política, antes vista como um aspecto de refundação das instituições políticas, passou a ser considerada pontualmente para uma mudança institucional. Essa discussão de diferentes perspectivas surgidas no tempo foi importante para identificar mudanças e permanências no discurso acadêmico. No entanto, além dos termos do debate da reforma mudar nesse meio,

se tornou necessário verificar se na prática isso também acontecia.

No capítulo 3, por sua vez, analisou-se os projetos de reforma política encaminhados pelas casas legislativas, e foi possível perceber que os dois eixos de análise mencionados acima permanecem como uma linha argumentativa norteadora dos itens de reforma encontrados nesses projetos. Contudo, identificou-se uma conexão entre a bibliografia especializada e os projetos de reforma. Esse capítulo apresentou, nesse sentido, uma relação entre as mudanças e permanências identificadas no discurso acadêmico as quais estão em consonância com os projetos encaminhados.

No capítulo 4 foi proposto verificar os atores envolvidos no processo de tomada de decisão de regras eleitorais. Além das casas legislativas, um outro ator apareceu entre os *decision makers* da reforma política. O Poder Judiciário foi incluído nas análises como um novo ator político na tomada de decisão da agenda de reforma. Por meio de consultas protocoladas pelos partidos políticos ou por outras organizações sociais, o Judiciário é procurado para dar a palavra final sobre a constitucionalidade de uma lei. Esse capítulo procurou mostrar que a reforma política, diante das dificuldades do Congresso Nacional, está sendo concretizada pelo Judiciário. Sendo assim, identifica que o Poder Judiciário tem sido protagonista na agenda de reforma.

No último capítulo, o capítulo 5, foram analisados uma bibliografia especializada e os últimos itens aprovados pelas casas legislativas. Sua análise permitiu indicar a ocorrência de um deslocamento de sentido nos termos da reforma, dessa vez para o combate à corrupção. Foi percebido um tom moralizante do debate. Tanto o projeto de “doações ocultas” quanto o de lei “ficha limpa” indica que há um movimento de controle e de fiscalização das atitudes individuais dos parlamentares, a começar pelas campanhas políticas. Em outras palavras, haveria uma tentativa de controle da vida privada dos políticos no mundo público. Nesse sentido, o eixo norteador relacionado à fiscalização foi identificado, uma vez que, o combate à corrupção pode ser entendido como uma chave interpretativa dos termos do debate da reforma.

Dito isso, foi possível perceber que existe mudanças e permanências nos termos do debate da reforma política, antes marcada por um tom mais sistêmico da reforma, de mudança ampla, com a finalidade de refundar o sistema político brasileiro, passando por um tom mais técnico de pequenos ajustes institucionais para seu aperfeiçoamento. Por fim, é identificado um deslocamento de sentido nos termos dessa reforma, caracterizando um discurso moralizante em direção ao combate à corrupção.